



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 14 de agosto de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Raymara Carvalho Lima Cruz, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa e Rubem Lopes Lima. Verificado quórum regimental, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz procedeu à leitura dos versículos de 1 a 8 do capítulo 121 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 5ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura e autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que este solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação de: Projeto de Ordinária nº 71/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que "Institui, no calendário oficial de Imperatriz, a 'Lei Felca', o Dia Municipal de Combate à Sexualização Infantil e à Adultização precoce, no âmbito do Município de Imperatriz - MA, e dá outras providências"; Projeto de Decreto Legislativo nº 24/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que "Concede o Título de Cidadão Imperatrizense ao Dr. Marcos Antonio Oliveira e dá outras providências" (Inserido na Pauta no transcurso da Sessão.) Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias à referida Comissão Permanente. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular, em atenção a solicitação do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, formulada por meio do Ofício nº 107/2025, segundo o qual a Tribuna Popular tinha o objetivo de apresentar demandas e preocupações dos moradores contemplados pelo programa Minha Casa Minha Vida com o andamento das obras de construção e à infraestrutura dos Conjuntos Habitacionais Canto da Serra e JK, uma vez que futuros moradores dessas comunidades haviam relatado atrasos na construção, ausência de infraestrutura adequada e falta de informações claras quanto à conclusão das obras e à entrega definitiva das unidades, configurando-se problema social que atingia diretamente centenas de famílias e requeria atenção e providências urgentes por parte do poder público e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

das empresas responsáveis, razão pela qual haviam percebido a necessidade de promover um diálogo aberto entre representantes do povo, futuros moradores e órgãos envolvidos, de modo que consideravam fundamental a utilização do espaço democrático da Tribuna Popular para ouvir a comunidade e buscar encaminhamentos efetivos. Manifestaram-se na Tribuna Popular: a coordenadora do Programa Minha Casa, Minha Vida, Ana Paula Santos, a secretária municipal adjunta do Desenvolvimento Social, Déggila Patrícia Barros, a coordenadora do trabalho técnico social da Sedes, Clerismar Pereira, as representantes do programa Minha Casa, Minha Vida, Brenda Cardoso e Rosijane Costa e as beneficiárias do programa Juliana Caroline, Givanildo Bezerra, Eva Chaves, Solane Almeida e Larisse Feitosa sobre as obras do Conjunto Habitacional Canto da Serra. Ao se dirigir à Tribuna Vereador Freitas Filho, a coordenadora do Programa Minha Casa, Minha Vida, Ana Paula Santos, apresentou, nesta oportunidade, informações sobre o Residencial Canto da Serra, ressaltando que o empreendimento vinha se estendendo havia mais de onze anos e que a equipe se encontrava satisfeita por estar finalizando o que afirmou ser o maior empreendimento do Brasil. A oradora destacou que o anseio diário das famílias, sempre presentes nas etapas do processo, emocionava a gestão, uma vez que se tratava de um projeto que já se arrastava ao longo do tempo, afetando diretamente numerosos beneficiários. A esse respeito, registrou a ausência da secretária municipal competente, por compromisso assumido para a mesma data e horário, e informou que a representação da pasta coubera à secretária municipal adjunta de Desenvolvimento Social, Déggila Patrícia Barros. Em seguida, abordou a principal indagação dos moradores – quando seria realizada a entrega do residencial –, explicando que à secretaria competia orientar os beneficiários e receber a documentação exigida, ao passo que a aprovação final para aquisição das unidades dependia da Caixa Econômica Federal, órgão responsável por atestar a habilitação dos contemplados. Por fim, a coordenadora se colocou à disposição para esclarecimentos adicionais. Ao se pronunciar, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, proponente da Tribuna Popular, ressaltou que chegava à Casa Legislativa uma pauta de grande relevância, qual seja, a realização do sonho da casa própria. Destacou a satisfação em constatar que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Sedes, por meio de sua titular, Carol Pereira, da secretária municipal adjunta, Déggila Patrícia Barros, e de toda a equipe, vinha, desde o início do ano, trabalhando intensamente para esclarecer uma problemática que, durante anos, havia gerado desgaste e tristeza às famílias contempladas, mas que, em poucos meses, parecia próxima de ser solucionada. O vereador aproveitou para parabenizar a coordenadora do Programa Minha Casa, Minha Vida, Ana Paula Santos, pelo empenho e pela dedicação demonstrados no atendimento direto às famílias. Assinalou que, embora não houvesse participado da etapa inicial do empreendimento, ela assumira a responsabilidade de enfrentar dificuldades herdadas e vinha transformando problemas antigos em soluções concretas. Dirigindo-se aos moradores presentes na Galeria, frisou que o momento estabelecia um diálogo mais firme e transparente, uma vez que, a partir daquela data, não apenas o presidente, mas todos os 21 vereadores se comprometeriam a cobrar posicionamentos da Caixa Econômica Federal, órgão que detinha a responsabilidade principal no processo de entrega das unidades



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

habitacionais. Acrescentou que a Câmara exigiria a presença de um representante da instituição financeira, ainda durante a realização da Tribuna Popular, para que as medidas necessárias fossem adotadas em caráter formal e legal. Assinalou, ademais, que a Sedes, já representando o Executivo municipal, deveria permanecer atuante ao lado do Legislativo no repasse das informações e na articulação de ações. Declarou não ter dúvidas de que, até o final do ano, conforme ponderado pela coordenadora Ana Paula, as moradias seriam entregues, de modo a concretizar o sonho da casa própria. Por fim, Rodrigo Silva de Medeiros Passos advertiu que a Câmara não permitiria que se repetissem, no Residencial Canto da Serra, situações como as verificadas nos conjuntos Recanto Universitário e Sebastião Régis, os quais, poucos anos após a entrega, demandavam revitalização em virtude da omissão de construtoras e órgãos fiscalizadores. Salientou que a obra já vinha sendo acompanhada pela Casa Legislativa havia muito tempo e que, agora, caberia reforçar a luta e buscar mecanismos capazes de reduzir as dúvidas e aflições das famílias, encontrando, em conjunto, caminhos mais ágeis para a concretização do direito à moradia digna. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença de representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e lamentou a ausência de representante da Caixa Econômica Federal - CEF, embora convidada, o que considerou desrespeitoso para com a população, razão pela qual formularia convocação de representante desse órgão a prestar esclarecimentos a respeito da obra do Conjunto Habitacional Recanto da Serra. A esse respeito, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comentou que haviam sido enviados convites aos órgãos e instituições envolvidos na temática em debate, agradecendo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Sedes pela presença. Em seguida, informou que, por meio do gabinete do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, fora encaminhado convite à Caixa Econômica Federal, a qual, até aquele momento, não comparecera. Lamentou profundamente a ausência, enfatizando que o desrespeito não se dirigia à Câmara Municipal, mas sim aos beneficiários do programa, que enfrentavam inúmeras dificuldades. O presidente destacou que a Mesa Diretora apoiaria eventual requerimento do vereador proponente para que fosse feita a convocação formal da Caixa Econômica. Explicou que, a partir dessa providência, a presença deixaria de ser facultativa para tornar-se obrigatória, impondo à instituição financeira o dever de prestar esclarecimentos à população e ao Parlamento. Assinalou que a demora na entrega das moradias vinha sendo constantemente atribuída à falta de respostas da Caixa, responsável direta pela gestão dos prazos e da definição das datas de entrega. Criticou a postura da instituição, que, segundo ele, permanecia isolada em sua sede sem dialogar com os usuários e contemplados. Ressaltou, ainda, que Imperatriz contava, naquele momento, com uma superintendência instalada no mesmo endereço da Caixa, em frente à Praça Brasil, o que reforçava a falta de justificativa para a ausência de diálogo com a comunidade. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou que subscreveria, juntamente com o vereador proponente, a medida de convocação, solicitando à Procuradoria da Casa que adotasse providências cabíveis. Advertiu que, caso a instituição permanecesse omissa, a Câmara ajuizaria as ações pertinentes contra órgãos e representantes que, convidados e convocados, deixassem de prestar as informações



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

devidas. Enfatizou, por derradeiro, que o desrespeito não se voltava contra o Legislativo, mas contra o povo de Imperatriz, razão pela qual a Casa deveria agir com firmeza e zelo. Ao fazer uso da palavra, a representante dos beneficiários do Conjunto Habitacional Recanto da Serra, Juliana Caroline, agradeceu ao vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos pela convocação da Tribuna Popular, bem como à equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Sedes, pelo acolhimento prestado durante a entrega da documentação exigida aos contemplados. Assinalou que muitas famílias ainda aguardavam a entrega de suas casas e que a maior dificuldade não se encontrava no trabalho das equipes locais, mas sim na demora da Caixa Econômica Federal em liberar as aprovações dos beneficiários. Explicou que, embora houvesse comentários de que unidades teriam sido tomadas, o que ocorrera, na realidade, fora a excessiva morosidade no processo de análise e liberação cadastral, o que retardava o acesso dos cidadãos à casa própria. Relatou que havia realizado vistoria em sua unidade e verificara que a infraestrutura do residencial se encontrava em condições adequadas, com casas bem construídas, pavimentação concluída, iluminação pública instalada e galerias pluviais corretamente executadas. Destacou, contudo, que a principal dificuldade permanecia sendo a liberação dos nomes dos beneficiários pela Caixa, ressaltando que, em seu caso pessoal, a espera ultrapassara quatro meses, situação também vivida por muitos outros contemplados. Comentou que a ausência de respostas claras obrigava os beneficiários a se deslocarem repetidamente à secretaria, o que gerava gastos e dificuldades, sobretudo para quem não dispunha de transporte próprio. Reiterou, nesse sentido, que o anseio maior da comunidade era pela definição de datas objetivas para a entrega das casas, uma vez que a parte relativa à infraestrutura já se encontrava praticamente resolvida. Por fim, a representante dos beneficiários do Conjunto Habitacional Recanto da Serra, Juliana Caroline, chamou a atenção para a necessidade de a Prefeitura de Imperatriz providenciar os equipamentos públicos indispensáveis ao funcionamento pleno do residencial, como escola, creche e unidade de saúde. Advertiu que a ausência desses serviços poderia comprometer a qualidade de vida da população e defendeu que tais providências fossem planejadas desde já, a fim de que as famílias não permanecessem desassistidas após a ocupação do conjunto habitacional. Ao se manifestar, a secretária municipal adjunta do Desenvolvimento Social, Déggila Patrícia Barros, dirigiu cumprimentos às autoridades presentes, à população que comparecera em busca de respostas e aos servidores da Sedes, representados por diversos segmentos e pela coordenadora do Programa Minha Casa, Minha Vida, Ana Paula Santos. Em sua manifestação, destacou a pertinência do questionamento feito acerca da instalação de equipamentos públicos no empreendimento, os quais garantiriam cidadania e dignidade aos moradores. Ressaltou que haviam sido treze anos de espera, período em que o direito fundamental à moradia fora diariamente violado. Observou que, quando o prefeito Rildo de Oliveira Amaral assumira a gestão, estabelecera como missão imprimir celeridade à conclusão do empreendimento, missão essa assumida também pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que vinha trabalhando de forma árdua para assegurar aos beneficiários o efetivo acesso ao direito de habitação. Agradeceu aos vereadores que, segundo suas palavras, atuavam diariamente em conjunto com a população e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

com a gestão municipal para reduzir ao mínimo possível o tempo de espera dos contemplados. Assinalou, contudo, que obstáculos relacionados à ausência de estrutura de saúde e de educação haviam dificultado a entrega imediata das unidades, somando-se a esses problemas os impasses advindos da Caixa Econômica Federal. Destacou, ainda, a articulação conjunta com o governador Carlos Brandão, com o deputado estadual Antônio Pereira, com os vereadores e, em especial, com o prefeito Rildo Amaral e a vice-prefeita Rosângela "Carol" Pereira, que possibilitara a destinação de escolas, postos de saúde e unidades policiais para assegurar não apenas a moradia, mas também serviços essenciais à vida comunitária. A secretária municipal adjunta de Desenvolvimento Social, Déggila Patrícia Barros, enfatizou, por fim, que, graças à união de esforços e à destinação de recursos específicos, os moradores do Residencial Canto da Serra não apenas teriam suas casas entregues, mas também contariam com os equipamentos necessários ao pleno exercício da cidadania e da dignidade humana. Ao se pronunciar, o vereador Sargento Adriano (Adriano Lima Brito) indagou às representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedes sobre denúncias veiculadas nas redes sociais quanto à retirada de nomes de beneficiários das listas do Programa Minha Casa, Minha Vida – Residencial Canto da Serra. Perguntou se a informação procedia, por que tais nomes teriam sido excluídos, quem os teria substituído e de que forma seriam incluídas novas pessoas, inclusive se haveria cadastro de reserva e se este seria efetivamente observado. Instantes depois, a coordenadora do Programa Minha Casa, Minha Vida, Ana Paula Santos, esclareceu que as listas permaneceram publicadas no site da Prefeitura e que, na gestão anterior, pessoas haviam sido inseridas por critérios alheios à sua competência. Assinalou que, ao assumir a coordenação em janeiro, fora realizado amplo chamamento, em fevereiro, para atualização cadastral, uma vez que muitos perfis se alteraram ao longo dos anos – inclusive casos de mudança de domicílio e óbito de sorteados de 2013 –, o que impediria o enquadramento atual nos critérios. Enfatizou que a validação caberia exclusivamente à Caixa Econômica Federal, à qual a Sedes apenas remeteria a documentação, razão pela qual se formara cadastro de reserva para suprir eventuais vacâncias. Em seguida, o vereador Sargento Adriano reiterou a pergunta sobre a competência decisória, tendo a coordenadora Ana Paula reafirmado que a aprovação ou reprovação de beneficiários competia à Caixa Econômica. A esse respeito, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, buscando síntese e clareza para a população, indagou expressamente se a função de aprovar ou reprovar seria da Caixa ou da Prefeitura, tendo recebido confirmação de que a análise e a decisão final eram da instituição financeira. Nessa perspectiva, a vereadora Raymara prosseguiu questionando se pessoas reprovadas – inclusive oriundas do cadastro realizado treze anos antes – poderiam ser substituídas por nomes do cadastro de reserva e se novos interessados, preenchendo os requisitos do Governo Federal, teriam acesso aos CRAS e à Sedes para inscrição. A coordenadora informou que o banco de dados de reserva fora estruturado pelos CRAS (inclusive da Secretaria da Mulher), voltado a pessoas em vulnerabilidade social, e que a inserção no fluxo dependia, em última análise, da validação bancária. Logo depois, o vereador Whalassy de Oliveira Barros avaliou que o tema, pela complexidade e pelo formato de perguntas e respostas, recomendaria a realização



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

de audiência pública específica, com a participação de representantes da Sedes, de beneficiários e da Caixa Econômica, a fim de elucidar dúvidas e dar celeridade às soluções. Na mesma linha, o vereador Mesaac Cirqueira Santiago recordou que, no início do mandato, comissão de vereadores visitara a Sedes e recebera explicações da titular da pasta, reiterando que a decisão de aprovação competia à Caixa; por fim, apoiou a proposta de audiência pública. Ao ensejo, o vereador Sargento Adriano sublinhou que sua preocupação recaía sobre o procedimento de inserção de novos nomes: questionou se o envio à Caixa observava, de fato, a ordem do cadastro de reserva. A coordenadora Ana Paula respondeu que todas as pessoas com perfil compatível poderiam inscrever-se e que a conferência dos requisitos seguia checklist definido, sendo a validação final da Caixa. Ainda nesta ocasião, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior registrou questionamento recebido durante a transmissão ao vivo no YouTube: caso a Caixa considerasse um beneficiário “não apto”, o que poderia ser feito? A coordenadora declarou que, nessa hipótese, não haveria providências a cargo da Sedes, por se tratar de decisão fundada nos critérios do agente financeiro. Na sequência, o vereador Júnior Gama (João Ferreira da Gama Júnior) relatou dúvidas recorrentes da população sobre etapas de análise, pendências documentais, reenvio de documentos e consulta pública das listas – inclusive a possibilidade de visualizar posição em fila. A coordenadora explicou que o banco retornava três situações (“aprovado”, “reprovado” ou “pendente”); em caso de pendência, o beneficiário sanaria o problema e os documentos seriam reenviados para nova análise. Advertiu que reprovações podiam ocorrer até a assinatura do contrato e que não seria possível manter listagem “fechada” de aprovados, dada a análise contínua; informou, entretanto, que as listas publicadas no site orientavam os comparecimentos e tratativas. Instantes depois, o vereador Júnior Gama insistiu em saber onde se encontraria a lista de entrega de documentações à Sedes, antes do envio ao banco. A coordenadora afirmou que as listas estavam disponíveis no site da Prefeitura. O presidente observou que o link poderia ser disponibilizado aos interessados. Por fim, o vereador Jhony Pan (Jhony dos Santos Silva) registrou que circulavam boatos de que vereadores estariam “dando casas”, do que discordou, defendendo a realização de audiência pública para ouvir a população e identificar responsabilidades. Em arremate, o presidente agradeceu à coordenadora Ana Paula Santos, à secretária-adjunta da Sedes, Déggila Patrícia Barros, e aos demais presentes, nominando alguns beneficiários, e encerrou a Tribuna Popular, cumprimentando o vereador proponente Rodrigo Brasmar pela iniciativa. Finalmente, o vereador Júnior Gama ponderou que, em eventual audiência pública, seria oportuno convocar o titular da pasta competente, a exemplo de convocação pretérita dirigida ao Superintendente Municipal de Trânsito e Transportes, Eliude Pereira Sales. Encerrada a Tribuna Popular, a sessão prosseguiria com a pauta ordinária. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que constava do Ofício nº 10011/2025 - 1PJCIVITZ, de 5 de agosto, do Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Imperatriz, Domingos Eduardo da Silva, que comunicava a realização de correição ordinária na referida Promotoria, em 28 de agosto, às 8h30min, solicitando a afixação



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da comunicação em local apropriado para conhecimento público. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação, discussão e votação de onze Indicações: Nº 191/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, com urgência, da reforma e ampliação da Creche Cantinho do Saber, na Rua Antônio Maia, 9, na Vila João Castelo; Nº 525/2025, de autoria do vereador Rodrigo Brasmar Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para a implantação do serviço de Pedagogia Hospitalar no Hospital Municipal Infantil (Socorrinho); Nº 611/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da criação do cargo de Técnico Auxiliar de Regulação Médica/Rádio Operador (TARM/RO) no âmbito do SAMU 192 Regional de Imperatriz - MA; Nº 630/2025, de autoria do vereador Jhony Pan [Jhony dos Santos Silva], ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a abertura da Rua Gláuber Rocha e da construção de ponte, no perímetro entre as Av. Dorgival Pinheiro de Sousa e Pedro Neiva de Santana, na Vila Redenção I; Nº 640/2025, de autoria do vereador Rubinho [Rubem [Lopes Lima]], ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da construção de creche municipal na Vila Vitória. (Ressalve-se que a proposição já fora aprovado pela indicação Nº 272/2025, em 19/03/2025, do vereador Gama Júnior); Nº 667/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a reforma e modernização, com a instalação de banheiros públicos, nos mercados Vicente Fritz, no Bairro Mercadinho, e na Feirinha do Bacuri. [Ressalve-se que a proposição já havia sido aprovado, em 23/04/2025, através da Indicação Nº 15/2025, do vereador Rodrigo Brasmar [Rodrigo Silva de Medeiros Passos]; Nº 691/2025, de autoria do vereador João Ferreira da Gama Júnior, ao ministro da Educação, Camilo Sobreira Santana, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado de Educação, Márcio Ribeiro Machado, ao reitor da Universidade Federal do Maranhão, Fernando Carvalho Silva, e à reitora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves, da instituição do Curso de Bacharelado em Fonoaudiologia no Município de Imperatriz - MA; Nº 694/2025, de autoria do vereador Berson Posto Buriti [Whelberson Lima Brandão], ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da reforma da praça São Miguel, no Parque Anhanguera; Nº 705/2025, de autoria da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado da Saúde, Tiago José Mendes Fernandes, ao deputado estadual Antônio Pereira Filho e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

firmação de parceria, com vistas à implantação, de plano estruturado que contemple: a criação de ala de tratamento de queimados, da instalação de dois leitos de UTI infantil e leito de UTI adulto, em área de isolamento adequada, e da contratação de serviço de câmara hiperbárica; Nº 714/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura, Vilmar Dantas Nóbrega, da construção de calçada no canteiro central da Avenida JK, com o objetivo de proporcionar espaço seguro e acessível à locomoção de pedestres e à prática de caminhadas; Nº 585/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Administração e ao secretário municipal de Agricultura, Abastecimento e Produção, da formulação de projeto de lei que institua o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR de magarefes. Neste ínterim, o vereador Whalassy de Oliveira Barros solicitou a retirada da Pauta da Indicação de sua autoria [Nº 708/2025, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, e ao superintendente de Limpeza Urbana, Manoel Conceição de Almeida, da instalação de lâmpada no poste localizado em frente à Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST, da limpeza da calçada (tomada pelo mato) e da colocação de tampa no bueiro existente na esquina da Av. Perimetral Castelo Branco com a Av. Dom Pedro II, no Parque do Buriti]. A princípio, foi apreciada a Indicação nº 191/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, em que se solicitava, com urgência, a reforma e ampliação da Creche Cantinho do Saber, localizada na Vila João Castelo. Ao fazer uso da palavra, o autor ponderou que a demanda da comunidade era superior à proposta inicial, defendendo a necessidade de construção de nova unidade, com aquisição de terreno, a fim de atender de modo adequado às crianças e famílias da região. Manifestaram apoio ao pleito os vereadores Amauri Alberto Pereira de Sousa, que enalteceu a relevância da educação como bandeira de seu partido, Mesaac Cirqueira Santiago e Alcemir da Conceição Costa, todos pedindo para subscrever a proposição. A Indicação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se à apreciação da Indicação nº 585/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Administração, Rômulo Andrade, e ao secretário municipal de Agricultura, Abastecimento e Produção, Paulo Marcelo Torres Araújo, em que se solicitava a elaboração de projeto de lei instituindo o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos magarefes. Em sua fala, o autor frisou que a categoria, essencial ao abastecimento alimentar da cidade, sofria há anos com estagnação salarial e ausência de progressões funcionais, carecendo de reparação justa. Os vereadores Mesaac Cirqueira Santiago, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa, João Ferreira da Gama Júnior, Rosângela Aparecida Barros Curado e Jhony dos Santos Silva também se pronunciaram, subscrevendo a matéria e destacando a importância de reconhecimento aos trabalhadores do matadouro municipal. A proposição foi aprovada. Posteriormente, foi discutida a Indicação nº 611/2025, de autoria do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, propondo a criação dos cargos de Técnico Auxiliar de Regulação Médica -



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

TARM e Rádio Operador - RO no âmbito do SAMU Regional de Imperatriz. O autor explicou que tais funções, hoje desempenhadas por servidores de outras áreas, são reconhecidas pelo Ministério da Saúde como essenciais ao adequado funcionamento da rede de urgência e emergência, sendo imprescindível a criação legal desses cargos para garantir a valorização dos profissionais. Manifestaram apoio e pediram subscrição os vereadores Mesaac Cirqueira Santiago, Terezinha de Oliveira Santos, Jorgiana Pinheiro Sousa, Rodrigo Silva de Medeiros Passos e Rosângela Aparecida Barros Curado. A Indicação foi aprovada. Na sequência, foi apreciada a Indicação nº 630/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva (Johnny Pan), dirigida ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, que solicitava a abertura da Rua Gláuber Rocha e a construção de ponte interligando as avenidas Dorgival Pinheiro de Sousa e Pedro Neiva de Santana, na Vila Redenção I. O autor ressaltou que a obra daria fluidez ao tráfego e beneficiaria a nova Escola Santa Cruz, em fase de entrega. Subscreveram a matéria os vereadores Mesaac Cirqueira Santiago, Terezinha de Oliveira Santos, Rosângela Aparecida Barros Curado, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa, Whelberson Lima Brandão, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Raymara Carvalho Lima Cruz e o próprio presidente, que também enfatizou a relevância da obra. A proposição foi aprovada. Ato contínuo, discutiu-se a Indicação nº 667/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, dirigida ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, para a reforma e modernização dos mercados Vicente Fritz, no Bairro Mercadinho, e Feirinha do Bacuri, com instalação de banheiros públicos. A autora destacou a precariedade das condições estruturais e sanitárias desses espaços, essenciais ao abastecimento da cidade. Subscreveram a proposição os vereadores Amauri Alberto Pereira de Sousa, Adriano Lima Brito, Mesaac Cirqueira Santiago, Jorgiana Pinheiro Sousa, Jhony dos Santos Silva, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que também ressaltaram a importância da medida. A vereadora Raymara solicitou, ao final, a apreciação em bloco das Indicações restantes, pedido acatado pelo plenário. A matéria foi aprovada. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação nº 714/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura, Vilmar Dantas Nóbrega. O autor explicou que a proposição visava à construção de calçada no canteiro central da Avenida JK, garantindo espaço adequado e seguro para pedestres e prática de caminhadas, a propósito do que salientou que a comunidade já utilizava o espaço de forma improvisada, com risco à segurança. Como ninguém se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a matéria a votação, quando foi aprovada pela unanimidade dos vereadores presentes. Ainda nesta fase, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado apresentou a Indicação nº 705/2025, endereçada ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado da Saúde, Tiago José Mendes Fernandes, ao deputado estadual Antônio Pereira Filho e ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, propondo a implantação de plano estruturado para criação de ala de queimados, instalação de leitos de UTI infantis e adultos, além da contratação de serviço de câmara hiperbárica. Em sua exposição, frisou a inexistência de atendimento especializado para queimados em Imperatriz, situação que comprometia a sobrevivência de pacientes. A proposição recebeu o apoio da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, que solicitou subscrição. A matéria foi aprovada. Também foi discutida a Indicação nº 691/2025, de autoria do vereador João Ferreira da Gama Júnior, dirigida ao ministro da Educação, Camilo Sobreira Santana, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado de Educação, Márcio Ribeiro Machado, ao reitor da Universidade Federal do Maranhão, Fernando Carvalho Silva, e à reitora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves, solicitando a criação do curso de Bacharelado em Fonoaudiologia em Imperatriz. O autor ressaltou a carência de profissionais na área e a inexistência de oferta acadêmica no município, o que obrigava estudantes a buscar formação em outras cidades. A proposição foi aprovada. Na sequência, foi apreciada a Indicação nº 694/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão (Berson do Posto Buriti), dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, referente à reforma da Praça São Miguel, no Parque Anhanguera. O autor justificou que o espaço, ainda carente de infraestrutura, era importante ponto de convivência da comunidade e de realização de festejos religiosos. Subscreveram a proposição os vereadores Amauri Alberto Pereira de Sousa, Terezinha de Oliveira Santos, Adriano Lima Brito, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Jhony dos Santos Silva, que também destacaram a atuação comunitária do autor. A Indicação foi aprovada. Por fim, conforme deliberação do plenário, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão, em bloco, as Indicações nºs 525/2025 e 640/2025, ocasião em que, como ninguém se manifestasse, foram submetidas a votação, em bloco, quando foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, o presidente, vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo: nº 18/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, que “Outorgava o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Gabriel Costa Porto”; e nº 21/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que “Outorgava o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Aluísio Guimarães Mendes Filho”. Em seguida, o presidente autorizou o primeiro-secretário, vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que incluíam Pareceres Verbais Conjuntos (nos termos do artigo 108 do Regimento Interno) das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favoráveis às referidas proposições. Ato contínuo, o presidente expôs à única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2025. Ao fazer uso da palavra, a autora, vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, destacou que o homenageado, jovem empresário e empreendedor, vinha desenvolvendo expressivo trabalho social, promovendo cursos gratuitos e ampliando o acesso ao ensino de língua inglesa para crianças e jovens de baixa renda, contribuindo de forma



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

relevante para a educação e o desenvolvimento da comunidade. Enfatizou que Gabriel Costa Porto já era considerado, de fato, filho de Imperatriz, e que cabia ao Parlamento municipal reconhecê-lo legalmente como cidadão imperatrizense. Na sequência, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado declarou apoio à proposição, frisando o caráter inclusivo e transformador do trabalho do homenageado. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa também manifestou concordância, antecipando ainda seu voto favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, por sua vez, elogiou a indicação, ressaltando o perfil empreendedor do homenageado e sua contribuição ao desenvolvimento local. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago manifestou apoio à proposição, destacando também o vínculo comunitário do homenageado. Entretanto, não se registrou quórum suficiente para a deliberação, o que levou o presidente a encerrar a fase da Ordem do Dia sem a votação das matérias, determinando que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 18/2025 e 21/2025 fossem incluídos na pauta da sessão seguinte. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronúncias no Grande Expediente, quando nenhum dos presentes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 14 de agosto de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário